

Estatuto da Advocacia e da OAB, seu Regulamento Geral e Código de Ética e Disciplina da OAB

Questão 01.

A advogada Patrícia pretende concorrer ao cargo de Tesoureira da Diretoria da Seccional da OAB de seu Estado. Antes de requerer sua candidatura, ela verifica os requisitos previstos no Estatuto da Advocacia e no Regulamento Geral. Nessa situação, é correto afirmar que Patrícia deverá comprovar que:

- A.** Possui inscrição principal ou suplementar na OAB.
- B.** Exerce a advocacia há pelo menos três anos.
- C.** Responde apenas a processos disciplinares ainda não julgados.
- D.** Encontra-se em débito apenas das anuidades dos dois últimos exercícios.

Questão 02.

Eduardo é estagiário regularmente inscrito na OAB e trabalha em um escritório de advocacia. Durante determinado expediente, ele assinou sozinho uma contestação, retirou os autos de um processo em carga no Tribunal Regional Federal da 1ª Região e praticou um ato extrajudicial sem autorização do advogado responsável. Com base no Estatuto da Advocacia e no Regulamento Geral da OAB, assinale a alternativa correta:

- A.** Eduardo poderia praticar isoladamente todos os atos descritos, desde que sob responsabilidade do advogado.
- B.** Eduardo poderia, isoladamente e sob responsabilidade do advogado, apenas retirar os autos em carga.
- C.** Eduardo poderia assinar a contestação e retirar os autos, desde que posteriormente o advogado ratificasse os atos.
- D.** Nenhum dos atos poderia ser praticado isoladamente pelo estagiário.

Questão 03.

Carlos Henrique exerceu o cargo de Presidente da Seccional da OAB do Estado do Pará entre os anos de 1991 e 1994. Após o término de seu mandato, permaneceu atuando na advocacia, sem voltar a disputar cargos na Ordem. Considerando essa situação e as regras aplicáveis aos ex-presidentes da OAB, assinale a alternativa correta:

- A.** Carlos deixou automaticamente de integrar o Conselho Seccional ao término do mandato.
- B.** Carlos permanece como membro honorário vitalício do Conselho Seccional, possuindo apenas direito de voz.
- C.** Carlos continua integrando o Conselho Seccional como membro honorário vitalício, com direito de voz e voto.
- D.** Carlos permanece como membro honorário apenas enquanto exercer a advocacia.

Questão 04.

Gabriel concluiu recentemente o curso de Direito e permanece regularmente inscrito na OAB como estagiário. Buscando divulgar seus serviços, passou a realizar publicidade na internet em desacordo com as normas éticas da advocacia, caracterizando captação indevida de clientela. À luz do Estatuto da Advocacia e do Código de Ética e Disciplina, assinale a alternativa correta:

- A.** O bacharel em Direito não pode permanecer inscrito como estagiário após a colação de grau.
- B.** A celebração de termo de ajustamento de conduta é vedada pelo simples fato de Gabriel ser bacharel.
- C.** É possível a celebração de termo de ajustamento de conduta para cessar a publicidade irregular, desde que presentes os requisitos legais.
- D.** A infração praticada impede, em qualquer hipótese, a celebração de termo de ajustamento de conduta.

Questão 05.

A advogada Renata patrocina os interesses de André em uma ação judicial. Durante o curso do processo, Renata substabeleceu o mandato, com reserva de poderes, ao advogado Henrique, que celebrou contrato escrito de honorários diretamente com André. Considerando as regras do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a alternativa correta:

- A. O substabelecimento com reserva de poderes dependerá de consentimento expresso do cliente.
- B. O substabelecimento com reserva de poderes dispensa a prévia comunicação ao cliente.
- C. Caso André prefira outro advogado, poderá impedir a atuação de Henrique no processo.
- D. Henrique somente poderá cobrar honorários se Renata autorizar expressamente.

Questão 06.

A advogada Patrícia, em razão de divergências com seu cliente sobre o pagamento de honorários, decidiu renunciar ao mandato que lhe havia sido outorgado em processo judicial. Nessa hipótese, de acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a alternativa correta:

- A. Patrícia continuará responsável pelo processo por 10 dias, contados da notificação da renúncia, ainda que o cliente constitua novo advogado antes desse prazo.
- B. Patrícia continuará responsável pelo processo por 10 dias, contados da notificação da renúncia, salvo se o cliente constituir novo advogado antes do término desse prazo.
- C. Patrícia poderá indicar expressamente nos autos o motivo da renúncia, a fim de afastar sua responsabilidade.
- D. Patrícia permanecerá responsável pelo processo por 10 dias, salvo se o cliente constituir novo advogado somente após esse prazo.

Questão 07.

O advogado Marcelo pretende confeccionar cartões profissionais para divulgar sua atuação. Ele foi procurador estadual no passado, atualmente integra o Conselho Seccional da OAB e também é professor aposentado de universidade pública. Considerando as normas éticas aplicáveis à publicidade na advocacia, assinale a alternativa correta:

- A. Marcelo poderá mencionar livremente sua condição de conselheiro da OAB, sua antiga função pública e sua atividade de professor.
- B. Marcelo não poderá mencionar sua condição de membro do Conselho Seccional, mas poderá divulgar sua antiga função pública e sua atividade de professor.
- C. Marcelo não poderá mencionar sua antiga função pública, mas poderá divulgar sua condição atual de conselheiro da OAB e sua atividade de professor.
- D. Marcelo não poderá mencionar sua condição de membro do Conselho Seccional nem sua antiga função pública, mas poderá mencionar sua atividade de professor.

Questão 08.

O advogado Eduardo praticou infração disciplinar cuja constatação oficial ocorreu em 10 de fevereiro de 2012. O processo disciplinar foi instaurado em 20 de março de 2015, e Eduardo foi regularmente notificado em 15 de setembro de 2015. Em 10 de novembro de 2016, o processo ficou paralisado aguardando julgamento, que somente ocorreu em 20 de dezembro de 2019. De acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a alternativa correta:

- A. A pretensão punitiva está prescrita porque se passaram mais de três anos entre a constatação oficial da infração e a instauração do processo disciplinar.
- B. A pretensão punitiva está prescrita porque houve intervalo superior a seis meses entre a instauração do processo e a notificação do advogado.

- C. A pretensão punitiva está prescrita porque o processo disciplinar permaneceu paralisado por mais de três anos aguardando julgamento.
- D. A pretensão punitiva não está prescrita, pois não decorreram cinco anos entre a constatação da infração e o julgamento final.

Questão 09.

Caio é advogado e presta assessoria técnica à Junta Comercial do Estado X. Paralelamente, mantém um escritório próprio, onde atua em casos de direito empresarial e contratual. Uma cliente de seu escritório solicita que Caio coloque seu visto nos atos constitutivos da sociedade empresária que pretende registrar. Considerando as regras do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a alternativa correta:

- A. A atuação do advogado na Junta Comercial impede apenas a prática de atos judiciais, não alcançando o visto em atos constitutivos.
- B. O exercício de função junto à Junta Comercial gera impedimento específico previsto no Regulamento Geral, alcançando o visto em atos constitutivos.
- C. Sendo cliente de seu escritório, Caio pode realizar o visto, já que tal atividade integra a rotina normal da advocacia.
- D. O advogado pode efetuar a análise do conteúdo dos atos constitutivos independentemente do local, seja no escritório ou na Junta Comercial.

Questão 10.

Sobre os órgãos da OAB, assinale a alternativa correta:

- A. O Conselho Federal da OAB é composto pelos ex-presidente e conselheiros federais todos com direito a voz e voto.
- B. As seccionais, com personalidade jurídica própria, realizam sessões ordinárias de fevereiro a dezembro de todos os anos, sendo janeiro época de recesso.
- C. As subseções, com personalidade jurídica própria, somente podem ser criadas em seccionais com mais de 15 advogados com domicílio residencial na localidade.

- D. Caixa de Assistência dos advogados somente podem ser criadas em seccionais com mais de mil advogados inscritos.

Direito do Consumidor / Direito da Criança e do Adolescente

Questão 11.

Júlia compareceu a um cinema para adquirir ingressos, mas foi informada que só poderia comprar se adquirisse, obrigatoriamente, um combo de pipoca e refrigerante. Sem alternativa, ela fez a compra, mas depois ajuizou ação pleiteando a devolução do valor pago pelo combo, alegando prática abusiva.

Diante do cenário, considerando o Código de Defesa do Consumidor e a jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta:

- A. A prática é legal, pois os estabelecimentos têm liberdade para condicionar produtos de acordo com seu modelo de negócio.
- B. A conduta do cinema caracteriza venda casada, prática abusiva vedada pelo CDC, sendo devida a devolução do valor pago, corrigido monetariamente.
- C. Não há prática abusiva, desde que a informação sobre o combo tenha sido prévia, clara e ostensiva.
- D. A prática é permitida, desde que o consumidor tenha ciência no momento da compra e não haja prejuízo comprovado.

Questão 12.

Carlos adquiriu um notebook que, após 4 meses de uso, apresentou superaquecimento e desligamentos constantes, impossibilitando seu uso. Ao acionar o fabricante, recebeu a resposta de que, por não ter adquirido a garantia estendida, não teria mais direito à reparação. Carlos ingressou com ação pleiteando a substituição do produto ou a restituição do valor pago.

Com base no CDC e na jurisprudência aplicável, assinale a alternativa correta:

- A. Carlos não tem direito à reparação, pois o prazo de garantia contratual já havia expirado.

- B. O fornecedor não é responsável, pois o problema ocorreu após o uso regular do bem, o que não configura vício.
- C. Como Carlos não adquiriu garantia estendida, somente poderia obter desconto proporcional, e não a troca do produto ou devolução do valor.
- D. Carlos tem direito à reparação, pois o vício é de qualidade e o prazo legal de garantia é distinto da garantia contratual, não se confundindo com a estendida.

Questão 13.

Silvia adquiriu uma máquina de lavar roupas em uma loja varejista. Após 10 meses de uso, o equipamento apresentou falha grave na vedação do compartimento interno, o que gerou vazamento e causou curto-circuito. A assistência técnica constatou que o defeito existia desde a fabricação, mas se manifestou tardiamente. Silvia buscou reparação, mas o fornecedor alegou que o prazo legal para reclamação havia expirado. Diante disso, Silvia procurou um(a) advogado(a) para verificar seus direitos.

À luz do Código de Defesa do Consumidor, qual a orientação correta?

- A. Silvia não tem direito à reparação, pois já se passaram mais de 90 dias da entrega do produto, prazo máximo legal para reclamar vícios de produtos duráveis.
- B. Silvia tem direito à reparação, pois o prazo de 90 dias para vícios ocultos começa a contar da ciência inequívoca do defeito, e não da entrega do produto.
- C. A responsabilidade da loja cessou após 90 dias da entrega, restando a Silvia somente a ação contra o fabricante.
- D. O defeito ocorrido após o prazo de 90 dias da entrega presume culpa exclusiva da consumidora por mau uso, afastando o dever de reparação.

Questão 14.

Roberto contratou um plano de saúde coletivo empresarial. Após cinco meses, passa muito mal e é levado ao hospital para atendimento de emergência. Lá, ele foi diagnosticado com câncer e inicia tratamento. A operadora, entretanto, negou cobertura com base em cláusula contratual

que estipulava carência de 12 meses para doenças preexistentes, mesmo diante da urgência do tratamento. Além disso, diz a operadora que, conforme contrato, Roberto só tem direito a ficar internado 15 dias por ano. Inconformado, Roberto procurou o Judiciário.

À luz do Código de Defesa do Consumidor e da jurisprudência do STJ, assinale a afirmativa correta:

- A. A cláusula de carência é válida, pois pactuada em contrato de adesão, e deve prevalecer mesmo em situações de emergência médica.
- B. A operadora pode limitar o início da cobertura, pois o contrato coletivo não se submete integralmente ao CDC.
- C. A negativa de cobertura é ilegal, pois cláusula que inviabiliza o tratamento de urgência é abusiva e nula de pleno direito.
- D. A recusa da operadora é válida, pois o tratamento não foi previamente autorizado por junta médica vinculada ao plano.

Questão 15.

A agência de turismo Viagens e Você comercializou um pacote com passagem aérea, hotel e traslado de Brasília para Natal, destino que era o grande sonho de Marco. Ao chegar ao destino, ainda no aeroporto, o consumidor Marco percebeu que o traslado não estava disponível conforme o contrato, e o hotel estava em condições muito inferiores ao prometido. Para piorar, a companhia aérea cancelou o voo sem comunicação prévia. Marco, desapontado com a viagem, busca você como advogado(a) para obter orientação jurídica.

Você respondeu corretamente, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), que:

- A. Cada fornecedor só responde pelo próprio item contratado, de modo que a agência de turismo só poderia ser responsabilizada pelo traslado.
- B. A solidariedade entre fornecedores depende de previsão contratual expressa, não bastando a mera cadeia de consumo para responsabilizar todos.
- C. O consumidor somente pode demandar judicialmente o fornecedor com quem manteve relação direta (agência), não

podendo atingir separadamente hotel e companhia aérea.

- D.** O CDC estabelece que os fornecedores que participam da cadeia de consumo respondem solidariamente pelos atos de seus prepostos ou representantes, de modo que a agência, a companhia aérea e o hotel podem ser responsabilizados em conjunto pelos prejuízos decorrentes da falha na prestação global do pacote.

Questão 16.

Lucas, de 2 anos, foi acolhido institucionalmente após seus pais biológicos abandonarem o lar familiar. O Ministério Público promoveu a ação de destituição do poder familiar, com fundamento no art. 22 do ECA, sendo os genitores citados por edital, pois estavam em local incerto. Após o trânsito em julgado da sentença, o menino foi colocado em família substituta por meio de adoção. Meses depois, os pais biológicos reaparecem e requerem a nulidade da adoção, alegando ausência de consentimento. Com base no ECA, é correto afirmar que:

- A.** A adoção é nula, pois exige-se o consentimento expresso dos pais biológicos, ainda que destituídos do poder familiar.
- B.** A adoção é válida, pois os pais estavam em local incerto e não sabiam da ação, o que justifica a sua ausência de manifestação.
- C.** A adoção é válida, pois, uma vez destituído o poder familiar, cessa a necessidade de consentimento dos pais biológicos.
- D.** A adoção será anulada, pois os pais podem retomar o poder familiar mediante reconciliação e reintegração social.

Questão 17.

Daniel, de 17 anos, foi apreendido por policiais militares que o flagraram subtraindo o celular de um transeunte. Após a apreensão, foi levado diretamente à delegacia e permaneceu detido por mais de 8 horas até que o Ministério Público fosse acionado. A Defensoria Pública requereu a nulidade da apreensão por violação ao ECA. À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:

- A.** A apreensão foi nula, pois o adolescente só pode ser detido por até 4 horas sem comunicação ao MP e à Defensoria.
- B.** A apreensão foi válida, pois a comunicação imediata ao juiz não é exigida pela legislação.
- C.** A apreensão foi válida, pois a prática de ato infracional equiparado a roubo autoriza a detenção prolongada.
- D.** A detenção é válida até 24 horas, desde que o adolescente tenha sido informado de seus direitos.

Questão 18.

Marcos, de 7 anos, foi acolhido institucionalmente após denúncias de negligência, maus-tratos físicos e abandono moral praticados por seus pais biológicos. Durante o acompanhamento, a equipe técnica constatou que os pais não compareciam às visitas, não participavam dos atendimentos e sequer demonstravam interesse em retomar a convivência com a criança. Passados 10 meses no acolhimento, a equipe multiprofissional emitiu relatório indicando que não havia possibilidade de reintegração familiar. O Ministério Público então ajuizou ação de destituição do poder familiar, visando a colocação de Marcos em família adotiva.

No processo, os pais alegaram que, apesar do afastamento, não haviam formalizado nenhum documento renunciando ao poder familiar, razão pela qual a adoção seria ilegal. Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como na jurisprudência do STJ e STF, assinale a alternativa correta:

- A.** A ausência reiterada, sem justificativa, somada à falta de interesse no exercício das responsabilidades parentais, é causa legítima para a destituição do poder familiar, não sendo necessária manifestação expressa dos pais.
- B.** O acolhimento institucional pode se prolongar indefinidamente, até que haja certeza absoluta da impossibilidade de reintegração familiar.
- C.** A ausência de manifestação formal dos pais impede a destituição do poder familiar, sendo indispensável a concordância expressa deles para viabilizar a adoção.
- D.** O prazo máximo de acolhimento institucional é de 24 meses, sendo obrigatória a extinção

do poder familiar ao final desse período, independentemente das circunstâncias.

Questão 19.

André, adolescente de 17 anos, foi apreendido pela prática de ato infracional análogo ao crime de roubo majorado. Durante a audiência de apresentação, seu defensor não compareceu e o juiz, alegando celeridade e interesse superior do adolescente, prosseguiu na oitiva, colheu depoimento de André e das testemunhas, decidindo pela aplicação da medida socioeducativa de internação. A defesa interpôs recurso, alegando nulidade.

Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente e na jurisprudência aplicável, assinale a alternativa correta:

- A. A ausência de defensor não compromete o ato, uma vez que a medida socioeducativa não é pena, mas sim providência pedagógica.
- B. Não há nulidade, pois o princípio da celeridade processual autoriza o juiz a tomar depoimento de adolescente sem advogado, desde que presente o Ministério Público.
- C. O ato é nulo, pois viola a garantia do contraditório e da ampla defesa, sendo obrigatória a presença de advogado ou defensor público em todos os atos do procedimento.
- D. O vício é relativo e somente gera nulidade se comprovado prejuízo à defesa técnica do adolescente.

Questão 20.

Num município do interior de Minas Gerais, chamado Paraguaçu, foi acolhida emergencialmente a criança Catarina com 8 anos de idade, após múltiplas denúncias de violência doméstica e omissão parental. A Vara da Infância e Juventude, diante da incapacidade momentânea da rede familiar natural, determinou o acolhimento institucional. Após 45 dias, surgiram registros constantes de um tio materno que sempre manteve vínculos frequentes com a criança desde o nascimento, oferecendo-lhe suporte emocional e econômico, e familiares próximos sinalizaram aptidão para acolhimento familiar. Apesar disso, o juiz manteve integralmente o regime de institucionalização sem motivar porque a proposta

de acolhimento familiar não melhor atenderia o “interesse superior da criança”, limitando-se à justificativa genérica de ausência de vaga em programa de acolhimento familiar.

Você é procurado(a) como advogado(a) para atuar no caso, e depois de ter se debruçado sobre a situação, à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), da Constituição da República (art. 227) e do princípio da prioridade absoluta, assinala qual alternativa juridicamente correta:

- A. O acolhimento institucional, uma vez determinado em razão de risco grave, deve prevalecer sobre qualquer proposta de acolhimento familiar até que se estabilize definitivamente a situação da criança, não sendo imperativo avaliar detidamente a possibilidade de família extensa.
- B. O ECA e o princípio constitucional da prioridade impõem que, sempre que possível, o acolhimento familiar ou em família extensa seja priorizado em relação ao acolhimento institucional, sendo imprescindível motivação judicial específica quando a proposta familiar idônea for desconsiderada, sabendo-se que a mera insuficiência de vagas em programas de família acolhedora não é justificativa adequada por si só.
- C. A prioridade constitucional da convivência familiar não se sobrepõe automaticamente à avaliação técnica, de modo que manter institucionalização sem motivação específica não inviabiliza a decisão judicial.
- D. Na ausência de expressa autorização legislativa posterior ao ECA que regule a preferência por acolhimento familiar, a institucionalização permanece como medida padrão em situações de risco grave, e a proposta familiar não tem efeito vinculante.

Direito Processual Civil

Questão 21.

Em ação de indenização por danos materiais, o juiz julgou parcialmente procedente o pedido formulado por Ricardo em face de Marcos. Ambas as partes foram intimadas da sentença em 10 de março de 2026 (terça-feira). Ricardo interpôs apelação em 24 de março de 2026 (terça-feira), enquanto Marcos apresentou recurso adesivo após ser intimado para apresentar contrarrazões ao recurso de apelação de Ricardo. Considerando a sistemática recursal do CPC, assinale a alternativa correta:

- A. O recurso adesivo dispensa o recolhimento de preparo.
- B. O recurso adesivo é cabível apenas quando a sucumbência for recíproca e fica subordinado ao conhecimento do recurso principal.
- C. O recurso adesivo somente é admitido em apelação e recurso especial.
- D. A desistência do recurso principal não interfere no processamento do recurso adesivo.

Questão 22.

Em ação de cobrança, transitou em julgado a sentença condenando Pedro ao pagamento de R\$ 120.000,00 em favor de Ana. Iniciado o cumprimento de sentença, Pedro foi intimado para pagamento voluntário, mas permaneceu inerte. Após a incidência da multa e dos honorários advocatícios previstos em lei, Pedro apresentou impugnação ao cumprimento de sentença alegando excesso de execução, sem indicar o valor que entendia devido. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:

- A. A impugnação deve ser conhecida normalmente, cabendo ao exequente demonstrar a correção dos cálculos.
- B. A alegação de excesso de execução dispensa a indicação do valor incontroverso quando se tratar de cumprimento de sentença.
- C. A impugnação será liminarmente rejeitada quanto ao fundamento de excesso de execução, por ausência da indicação do valor que o executado entende correto, bem como

a ausência de demonstrativo discriminado e atualizado de seu cálculo.

- D. A impugnação suspende automaticamente os atos executivos até seu julgamento.

Questão 23.

Lucas exerce posse mansa e pacífica sobre determinado imóvel rural há três anos. Em janeiro de 2025, um grupo de aproximadamente vinte famílias invadiu parte do imóvel mencionado e passou a explorá-la economicamente. Em maio de 2026, Lucas ajuizou a medida judicial adequada, requerendo liminar para retomada da posse. À luz do CPC, assinale a alternativa correta:

- A. Antes de apreciar o pedido de concessão de medida liminar, o juiz deverá designar uma audiência de mediação, a realizar-se em até 30 dias.
- B. Por envolver interesses disponíveis e patrimoniais, não haverá a necessidade de intimação do Ministério Público para atuar como fiscal da ordem jurídica neste caso.
- C. A ação proposta por Lucas foi de manutenção de posse de força velha.
- D. A proteção possessória exige demonstração do domínio do imóvel.

Questão 24.

Uma empresa farmacêutica ajuizou ação visando impedir a divulgação de informações sigilosas por ex-funcionário que anunciara publicamente a intenção de divulgar documentos internos na internet. Diante da iminência do dano, requereu uma tutela provisória de urgência antecipada antecedente para impedir a referida divulgação. O magistrado deferiu a medida liminar. O réu foi citado e intimado, mas não interpôs o recurso cabível contra a decisão. Nesse caso, assinale a alternativa correta:

- A. A tutela provisória será automaticamente convertida em tutela definitiva.
- B. A ausência de recurso torna a tutela provisória imutável e indiscutível em caráter definitivo.
- C. A tutela provisória de urgência antecipada antecedente poderá estabilizar-se, extinguindo-se o processo sem resolução do

mérito, caso não haja aditamento da petição inicial pela autora.

- D.** A estabilização somente ocorre nas tutelas provisórias de urgência cautelares antecedentes.

Questão 25.

Paula, casada com Henrique sob o regime da comunhão parcial de bens, ajuizou sozinha ação reivindicatória contra Mateus, visando recuperar imóvel pertencente ao patrimônio comum do casal. Henrique não participou do processo, não manifestou qualquer ciência acerca da demanda, nem foi citado para integrar a demanda. A partir desta realidade, considerando os requisitos de validade processual, assinale a opção correta:

- A.** A participação do cônjuge como coautor é indispensável neste tipo de ação.
- B.** A ausência de consentimento de Henrique configura mera irregularidade de representação processual.
- C.** A ação pode prosseguir normalmente, pois o referido consentimento de Henrique só seria exigível neste caso, diante da existência de união estável com Paula.
- D.** Em regra, nas ações que versem sobre direito real imobiliário, é necessário o consentimento ou suprimimento judicial do consentimento do cônjuge do autor, a menos que casados no regime da separação absoluta de bens.

Questão 26.

Marcelo foi condenado, em ação de alimentos proposta por sua filha menor, ao pagamento de pensão alimentícia mensal equivalente a 30% de seus rendimentos líquidos. A referida sentença transitou em julgado e, após acumular um débito correspondente a oito meses de inadimplemento, foi instaurado cumprimento de sentença. Diante da inexistência de ativos financeiros localizados pelo SISBAJUD e da ausência de veículos ou outros bens penhoráveis, a exequente requereu a penhora do único imóvel residencial de propriedade de Marcelo, no qual ele reside com sua atual esposa e um filho menor oriundo de novo relacionamento. Intimado, Marcelo alegou tratar-se de bem de família legal, protegido pela Lei nº 8.009/1990, razão pela qual seria absolutamente impenhorável. A partir desta realidade,

considerando a legislação aplicável e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta:

- A.** O imóvel é absolutamente impenhorável, pois a proteção conferida ao bem de família prevalece sobre qualquer espécie de crédito.
- B.** O imóvel somente poderá ser penhorado caso a dívida decorra de alimentos indenizatórios, não se aplicando a exceção aos alimentos decorrentes de vínculo familiar.
- C.** A penhora é admissível, pois a impenhorabilidade do bem de família não pode ser oposta à execução de crédito alimentar, independentemente da origem da obrigação alimentar.
- D.** A penhora não poderá ocorrer porque o executado tem outro filho menor que reside com ele no referido imóvel, sob pena de violação do princípio da proteção integral da criança.

Questão 27.

Júlia promoveu uma ação reipersecutória em face de uma empresa de depósito, a fim de obter a restituição de alguns quadros de sua pinacoteca, entre os quais estava um de autoria de Cândido Portinari. Em sua petição inicial, a autora fundamentou que teria contratado os serviços da ré, em virtude de uma mudança de endereço de sua galeria, tendo celebrado contrato de depósito oneroso com a ré. No término do prazo contratual, não obteve a devolução de seus quadros, sem qualquer justificativa. Ato contínuo, promoveu a referida ação, por meio de seu advogado, com pedido de tutela provisória. A partir deste contexto, assinale a opção correta:

- A.** O caso contempla hipótese de tutela provisória de urgência.
- B.** O caso contempla hipótese de tutela provisória de evidência liminar.
- C.** O juiz não poderá fixar multa diária de ofício, no intuito de efetivar a ordem judicial de entrega da coisa.
- D.** O caso contempla hipótese de tutela provisória de evidência antecedente.

Questão 28.

Ludmilla promoveu uma execução autônoma em face de Maurício, a fim de obter o recebimento do valor de R\$ 50.000. Devidamente citado, o executado permaneceu inerte, razão pela qual foi penhorado um veículo do devedor, indicado pela credora, conforme documento do Detran local. O referido automóvel foi avaliado em R\$ 20.000,00, conforme tabela FIPE. A partir deste contexto, assinale a opção correta:

- A. Neste caso, primeiro será tentada a hasta pública. Caso não haja êxito, será o bem oferecido em adjudicação.
- B. Caso o bem seja levado para hasta pública, não poderá ser arrematado por valor inferior a R\$ 10.000, ainda que haja outro valor mínimo fixado pelo juiz e constante do edital.
- C. Caso Ludmilla requeira a adjudicação do veículo, a execução será imediatamente extinta por sentença.
- D. Caso o bem seja levado para leilão, não poderá ser arrematado por valor inferior ao mínimo fixado pelo juiz e constante do edital, ou abaixo de R\$ 10.000, caso não conste o valor mínimo do juiz, sob pena de restar configurado o preço vil, o que pode comprometer a validade da arrematação.

Questão 29.

Félix, 16 anos, devidamente assistido por sua mãe Fátima, resolve mover uma demanda de reparação de danos em face de uma operadora de telefonia, pleiteando uma indenização por danos morais no valor de dez mil reais, diante da negativação indevida de seu nome, oriunda de fraude na contratação de serviços de telefonia móvel e internet, perante o juizado especial de seu domicílio. Ressalte-se que o autor tem interesse na produção de prova oral, qual seja, a oitiva de quatro testemunhas. Após audiência de conciliação inexitosa, a parte ré apresentou contestação. O juiz proferiu sentença terminativa. Inconformado, o autor deseja impugnar a referida decisão. A partir desta realidade, assinale a opção correta:

- A. O autor não poderia promover a referida demanda no juizado especial, por ser relativamente incapaz.

- B. Félix poderia ter arrolado até dez testemunhas, sendo três para provar cada fato.
- C. Félix poderá interpor recurso inominado contra a sentença que lhe foi desfavorável, no prazo de 15 dias.
- D. A ação deveria ter sido proposta no domicílio da ré, razão pela qual o juiz proferiu sentença terminativa.

Questão 30.

No juízo de admissibilidade de uma petição inicial distribuída por Rafaela contra Rodolfo, o juízo cível competente observou que a autora esquecera os pedidos. Assim, proferiu uma decisão de indeferimento da petição inicial. Em contrapartida, Rafaela interpôs recurso de apelação, no 17º dia após a intimação da decisão. A partir desta realidade, assinale a opção correta:

- A. O juiz poderá exercer o juízo de retratação, no prazo de cinco dias, reconhecendo o equívoco de sua decisão, com a consequente intimação da autora para, em 15 dias, emendar ou completar a inicial, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.
- B. inadmitir o recurso interposto, posto que intempestivo, com a consequente baixa e o arquivamento dos autos.
- C. citar o réu para apresentar contrarrazões e remeter os autos à segunda instância para que seja realizado o juízo de admissibilidade do recurso interposto, ocasião em que o recurso poderá ser inadmitido monocraticamente pelo relator, diante de sua manifesta intempestividade.
- D. não conhecer da apelação, por falta de cabimento, uma vez que o recurso cabível contra a decisão de indeferimento da petição inicial é o agravo de instrumento.

Direito Civil

Questão 31.

Após dez anos de casamento sob o regime supletório, Aurora e Damião decidem se divorciar. Durante o casamento Aurora adquiriu um apartamento financiado, cujo contrato foi assinado dois anos antes do casamento, mas as parcelas foram quitadas ao longo da união com recursos do casal. Damião, por sua vez, recebeu, por doação exclusiva de sua mãe, um terreno, com cláusula expressa de incomunicabilidade. Já durante o matrimônio, ambos adquiriram um veículo e móveis para a residência. Encerrada a relação, surge conflito quanto à partilha dos bens. Com base nas regras do regime de comunhão parcial de bens, assinale a alternativa correta:

- A. Todos os bens adquiridos durante o casamento, inclusive o terreno doado a Damião, devem ser partilhados igualmente entre os cônjuges.
- B. O apartamento não se comunica, pois foi adquirido antes do casamento, sendo considerado bem particular de Aurora.
- C. O terreno doado a Damião deve ser partilhado, uma vez que foi recebido na constância do casamento.
- D. O valor pago pelas parcelas do apartamento durante o casamento integra o patrimônio comum, sendo devida a meação correspondente sobre o valor efetivamente quitado com recursos comuns, enquanto o terreno doado com cláusula de incomunicabilidade não se comunica.

Questão 32.

Norberto do Feirão de Seminovos vendeu a Juvenal das Promoções Imperdíveis um trator utilizado em sua fazenda, afirmando que o equipamento estava em "perfeito estado de funcionamento" e apto para o trabalho agrícola.

Após vinte dias de uso, o motor apresentou um grave defeito interno que já existia antes da celebração do contrato, embora não pudesse ser identificado por um comprador diligente no momento da aquisição. Laudo pericial concluiu que o vício tornava o trator inadequado para sua utilização normal.

Juvenal ajuizou ação buscando a resolução do contrato e a restituição do preço pago.

À luz do Código Civil, assinale a alternativa correta:

- A. Juvenal somente poderá desfazer o contrato se comprovar que Norberto tinha conhecimento do defeito no momento da venda.
- B. A existência de vício oculto anterior à tradição autoriza o adquirente a pleitear a redibição do contrato ou o abatimento proporcional do preço, independentemente de o alienante conhecer o defeito.
- C. O direito de Juvenal restringe-se ao abatimento proporcional do preço, sendo vedada a resolução do contrato quando o bem já tiver sido utilizado pelo adquirente.
- D. Como o defeito somente surgiu após a tradição, trata-se de deterioração superveniente do bem, afastando a incidência das regras relativas aos vícios redibitórios.

Questão 33.

Juvenal do Carnê Infinito contraiu empréstimo de R\$ 80.000,00 junto a Emerenciana do Crédito Fácil. Como garantia da dívida, seu amigo Genivaldo do Aperto Financeiro prestou fiança. Meses depois, diante das dificuldades financeiras de Juvenal, as partes celebraram novo contrato, pelo qual a dívida originária foi extinta e substituída por outra obrigação, com novo valor, novo prazo de vencimento e novas condições de pagamento. O instrumento contratual consignou expressamente que as partes pretendiam extinguir a obrigação anterior e substituí-la pela nova, nada dispondo, contudo, sobre a manutenção da fiança anteriormente prestada. Posteriormente, Juvenal deixou de cumprir a nova obrigação, ocasião em que Emerenciana ajuizou ação de cobrança também em face de Genivaldo, na qualidade de fiador.

À luz do Código Civil, assinale a alternativa correta:

- A. Genivaldo continua responsável pela nova obrigação, pois a fiança acompanha automaticamente toda e qualquer novação celebrada entre credor e devedor.

- B.** A novação extinguiu a obrigação primitiva e, não havendo anuência expressa do fiador quanto à manutenção da garantia, Genivaldo não responde pela nova dívida.
- C.** A novação somente produz efeitos se houver alteração do objeto da prestação, sendo insuficiente a modificação do prazo e das condições de pagamento.
- D.** A novação extingue apenas a obrigação principal, permanecendo automaticamente subsistentes todas as garantias pessoais e reais anteriormente constituídas.

Questão 34.

Sebastião das Galinhas Caipiras faleceu, deixando como herdeiros seus três filhos: Genivaldo do Curral, Quitéria das Quitandas e Roberval do Trator Novo.

Cinco anos antes de seu falecimento, Sebastião doou a Genivaldo uma fazenda avaliada, à época da liberalidade, em R\$ 600.000,00, por escritura pública. No instrumento de doação, o doador não dispensou expressamente o donatário da colação, tampouco declarou que a liberalidade sairia da parte disponível de seu patrimônio. Iniciado o inventário, Quitéria e Roberval requereram que o bem doado fosse levado à colação.

À luz do Código Civil, assinale a alternativa correta:

- A.** A fazenda não está sujeita à colação, pois toda doação feita em vida importa antecipação da legítima apenas quando houver disposição expressa nesse sentido.
- B.** A fazenda deverá ser colacionada, pois a doação feita a descendente presume-se adiantamento da legítima, salvo se o doador houver dispensado expressamente a colação ou determinado que a liberalidade saísse da parte disponível.
- C.** A colação somente é exigível se ficar demonstrado que a doação excedeu a metade disponível do patrimônio do falecido.
- D.** A colação somente pode ser exigida quando todos os herdeiros necessários tiverem recebido doações em vida do autor da herança.

Questão 35.

Emerenciana das Chácaras, proprietária de um amplo terreno urbano, celebrou com Juvenal do Concreto um contrato de direito de superfície pelo prazo de 25 anos, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis. Pelo ajuste, Juvenal poderia construir e explorar um edifício comercial no local, comprometendo-se a pagar remuneração anual à proprietária do terreno. Decorridos dez anos, Juvenal decidiu vender a terceiros o seu direito de superfície. Ao tomar conhecimento da negociação, Emerenciana afirmou que a alienação dependeria de sua autorização e que, caso a venda fosse concretizada, faria jus ao recebimento de parte do preço ajustado entre as partes. À luz do Código Civil, assinale a alternativa correta:

- A.** A cessão do direito de superfície depende da anuência expressa do proprietário do terreno, sob pena de nulidade do negócio jurídico.
- B.** O superficiário pode transferir o direito de superfície a terceiros, independentemente da autorização do proprietário, não sendo devido a este qualquer valor em razão da transferência.
- C.** O direito de superfície é personalíssimo, razão pela qual não pode ser alienado nem transmitido por sucessão hereditária.
- D.** A transferência do direito de superfície somente é possível se houver previsão expressa no contrato constitutivo, sendo assegurado ao proprietário do terreno o direito de receber 10% do valor da negociação.

Questão 36.

Valentina, professora, tem um filho que necessita com urgência de uma cirurgia de alto custo. Desesperada e sem recursos imediatos, ela procura Rodolfo, um conhecido agiota, que se oferece para emprestar R\$ 50.000,00, exigindo, em contrapartida, que Valentina lhe transfira seu veículo avaliado em R\$ 200.000,00 como garantia, com cláusula de que não haveria devolução do bem, independentemente do pagamento do empréstimo. Sem alternativas e temendo pela vida do filho, Valentina aceita e assina o contrato. Após resolver a emergência médica, ela busca orientação jurídica e deseja anular o negócio alegando estado de perigo. Com base no Código

Civil e na situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- A. O negócio é válido, pois Valentina assinou o contrato de livre e espontânea vontade, ainda que movida por necessidade, inexistindo vício de consentimento.
- B. O negócio é anulável, pois Valentina celebrou o contrato levada pela necessidade extrema de salvar o filho, e Rodolfo se aproveitou dessa situação para obter vantagem manifestamente desproporcional.
- C. O negócio é nulo de pleno direito, pois todo contrato celebrado em situação de urgência é inválido por ausência de consentimento.
- D. O negócio é apenas rescindível mediante prova de coação física, o que não ocorreu no caso concreto.

Questão 37.

Aristóbulo das Últimas Vontades, conhecido por seu jeito excêntrico, decidiu dispor de seus bens por meio de testamento particular. Para tanto, redigiu de próprio punho o documento, no qual destinava sua coleção de miniaturas de fuscas ao amigo Edivaldo das Garagens e seu imóvel de praia à sobrinha Jussara das Marés. O documento foi lido em voz alta na presença de três vizinhos: Genivaldo do Portão, Marinete das Plantas e Clodoaldo do Wi-Fi, que o assinaram juntamente com o testador. Alguns meses depois, Aristóbulo faleceu. No momento da abertura do testamento, apenas duas das testemunhas estavam vivas, sendo possível localizá-las e colher seus depoimentos, confirmando a autenticidade do documento. Diante dessa situação, à luz do Código Civil, assinale a alternativa correta:

- A. O testamento particular é inválido, pois exige a presença e confirmação das três testemunhas após a morte do testador.
- B. O testamento particular é válido, desde que ao menos uma testemunha confirme sua autenticidade em juízo.
- C. O testamento particular poderá ser confirmado judicialmente, mesmo com apenas duas testemunhas sobreviventes, desde que haja prova suficiente de sua veracidade.

- D. O testamento particular é automaticamente nulo, pois deveria ter sido registrado em cartório para produzir efeitos.

Questão 38.

Norivaldo do Truco Nervoso participou de uma animada noite de apostas na casa de seu amigo Ademar do Baralho Marcado, onde foram realizadas diversas partidas de pôquer valendo dinheiro. Ao final da noite, após sucessivas derrotas, Norivaldo reconheceu dever a quantia de R\$ 20.000,00 a Ademar, assinando um documento particular no qual confessava a dívida e se comprometia a quitá-la em 30 dias. Passado o prazo, Norivaldo se recusou a pagar, alegando que a dívida era oriunda de jogo de azar.

Diante dessa situação, à luz do Código Civil, assinale a alternativa correta:

- A. A dívida é plenamente exigível, pois houve confissão expressa do débito por escrito.
- B. A dívida não é exigível judicialmente, ainda que tenha havido confissão, por decorrer de jogo de azar.
- C. A dívida é exigível apenas se o jogo não for proibido por lei, como ocorre com o pôquer.
- D. A obrigação é anulável, dependendo de ação judicial para reconhecimento de sua invalidade.

Questão 39.

Jucelino das Parcelas Infinitas, Genésio do Carnê Vencido e Valquíria das Compras Impulsivas contraíram, em conjunto, um empréstimo de nove mil reais com Quitéria do Crédito Fácil, tendo o contrato estabelecido expressamente a solidariedade passiva entre os devedores. Antes do vencimento da dívida, Genésio faleceu, deixando dois herdeiros. Após o vencimento, Quitéria cobrou integralmente o débito de Valquíria, que realizou o pagamento total da obrigação. Inconformada, Valquíria busca exercer seu direito de regresso.

À luz do Código Civil, assinale a alternativa correta:

- A. Valquíria não tem direito de regresso, pois o pagamento integral extingue a obrigação para todos os devedores.

- B. Valquíria pode cobrar integralmente a dívida de Jucelino, mas nada pode exigir dos herdeiros de Genésio.
- C. Valquíria pode exigir de Jucelino e dos herdeiros de Genésio suas respectivas quotas, sendo que os herdeiros respondem nos limites da herança.
- D. Valquíria somente poderá cobrar dos demais devedores se houver previsão expressa de regresso no contrato.

Questão 40.

Rosicleide das Dores foi casada com Admilson do Pagode Alto por mais de 10 anos, residindo com ele e os dois filhos em um imóvel urbano de 180 m², adquirido onerosamente na constância do casamento. Em 2021, Admilson abandonou voluntariamente o lar, passando a viver em outra cidade, sem prestar qualquer assistência à família. Desde então, Rosicleide permaneceu no imóvel, exercendo posse direta, exclusiva, contínua e sem oposição, utilizando-o para sua moradia e de seus filhos, não sendo proprietária de qualquer outro imóvel. Em 2024, ela ajuíza ação pleiteando a aquisição integral do imóvel com fundamento no art. 1.240-A do Código Civil.

À luz da legislação vigente, assinale a alternativa correta:

- A. Rosicleide não faz jus à usucapião, pois o imóvel deveria ter no máximo 150 m².
- B. Rosicleide faz jus à usucapião, pois preenche os requisitos legais, inclusive o prazo mínimo de 2 anos de posse exclusiva após o abandono do lar.
- C. Rosicleide não faz jus à usucapião, pois já era coproprietária do imóvel, sendo impossível usucapir bem comum.
- D. Rosicleide faz jus à usucapião apenas sobre a metade do imóvel correspondente à parte de Admilson.

Direito Penal

Questão 41.

Rodrigo, mediante grave ameaça exercida com um simulacro de uma arma de fogo (arma de brinquedo), aborda uma transeunte e exige a entrega de sua bolsa. Logo após pegar o objeto, Rodrigo corre em direção a um beco. A Polícia Militar, que passava pelo local no exato momento do crime, persegue o agente de imediato e o prende duas quadras adiante, recuperando a bolsa intacta. Diante desse cenário, assinale a alternativa correta, acerca da tipificação penal da conduta de Rodrigo:

- A. Crime de roubo consumado, sem a causa de aumento pelo emprego de arma.
- B. Crime de roubo tentado, sem a causa de aumento pelo emprego de arma.
- C. Crime de roubo consumado, com a causa de aumento pelo emprego de arma (simulacro).
- D. Crime de furto qualificado pela destreza, na forma tentada.

Questão 42.

Lucas, primário e de bons antecedentes, foi condenado pelo juízo da 1ª Vara Criminal à pena de 6 (seis) anos de reclusão pela prática do crime de estelionato em continuidade delitiva, considerando as dezenas de vítimas do golpe aplicado. O magistrado sentenciante, ao fixar o regime inicial de cumprimento de pena, estabeleceu o regime fechado, justificando a escolha unicamente na gravidade abstrata do delito e no clamor social que a conduta gerou na comarca. À luz da jurisprudência consolidada do STF e do STJ, é correto afirmar que a decisão do magistrado está:

- A. Certa, pois cabe ao juiz analisar o clamor social para fixar o regime mais severo, independentemente da quantidade de pena.
- B. Errada, pois Lucas cumpre os requisitos legais para iniciar o cumprimento da pena no regime aberto.
- C. Errada, pois Lucas tem direito ao regime inicial semiaberto, não podendo o juiz

impor regime mais gravoso com base apenas na gravidade abstrata do crime.

- D. Certa, visto que em condenações superiores a 4 anos de reclusão o regime inicial fechado é obrigatório pela lei penal.

Questão 43.

Marcos, inconformado com o término do relacionamento amoroso, vai até a residência de sua ex-namorada Juliana e lhe desfere tapas no rosto e socos nos braços, causando-lhe lesões corporais leves demonstradas em laudo pericial. Logo após o fato, Juliana registra um boletim de ocorrência na Delegacia de Polícia. Arrepentido, Marcos pede perdão a Juliana no dia seguinte. Juliana, após o pedido de perdão, comparece em sede policial manifestando expressamente que não deseja que o inquérito prossiga, afirmando que já perdoou o agressor. Diante do caso e da pacífica jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que a perseguição penal contra Marcos:

- A. Será extinta imediatamente, uma vez que a Lei Maria da Penha admite a retratação da vítima a qualquer tempo antes do trânsito em julgado.
- B. Prosseguirá normalmente, pois a ação penal no crime de lesão corporal praticada no âmbito doméstico e familiar contra a mulher é pública incondicionada.
- C. Dependerá de audiência especial de retratação perante o juiz (art. 16 da Lei Maria da Penha) para verificar a validade do perdão da vítima.
- D. Poderá ser suspensa mediante a aplicação dos institutos despenalizadores da Lei n. 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais), como a transação penal.

Questão 44.

Priscila, desejando matar sua vizinha Sara por conta de uma disputa de terras, adquire um revólver municiado com seis cartuchos. Aproveitando o momento em que Sara sai de casa, Priscila efetua dois disparos que atingem a perna da vítima. Sara cai ao solo, sangrando e indefesa. Priscila, embora ainda tivesse quatro munições intactas no tambor da arma e pudesse continuar atirando para alcançar o

resultado morte, olha para Sara, sente remorso, guarda a arma e sai correndo do local. Sara é socorrida por terceiros e sobrevive. Diante do caso, é correto afirmar que a conduta de Priscila configura:

- A. Homicídio qualificado na forma tentada, pois o resultado morte apenas não ocorreu por circunstâncias alheias à vontade da agente.
- B. Desistência voluntária, respondendo Priscila apenas pelos atos já praticados (lesão corporal).
- C. Arrependimento eficaz, pois o crime de homicídio foi voluntariamente evitado após o esgotamento dos atos executórios.
- D. Arrependimento posterior, gerando uma causa de diminuição de pena obrigatória de um a dois terços.

Questão 45.

Manoel, com o objetivo de reter sua ex-companheira em um local isolado, trancou-a no porão de uma chácara no dia 10 de março de 2026, privando-a de sua liberdade. O crime de cárcere privado prolongou-se no tempo com a vítima mantida em cativeiro. Em 15 de março de 2026, entrou em vigor uma nova lei penal que aumentou significativamente a pena abstrata para essa conduta. A Polícia Civil localizou o cativeiro e libertou a vítima apenas em 20 de março de 2026, efetuando a prisão em flagrante de Manoel. Com base na jurisprudência sumulada do Supremo Tribunal Federal, a lei a ser aplicada ao caso de Manoel será:

- A. A lei antiga, mais benéfica, em respeito ao princípio constitucional da irretroatividade da lei penal mais gravosa.
- B. A lei nova, ainda que mais severa, pois a consumação do crime permanente se prolongou até a vigência da nova lei.
- C. Uma combinação de ambas as leis, aplicando-se o preceito secundário (pena) da lei antiga com as condicionantes de cumprimento da lei nova.
- D. Nenhuma das duas leis, devendo o juiz aplicar a analogia em favor do réu para fixar uma pena intermediária diante do conflito de normas penais no tempo.

Questão 46.

Mário, com o firme propósito de matar seu vizinho Antônio, com quem vinha tendo constantes discussões, vigia a rotina de Antônio por alguns dias. Certa noite, visualiza um homem caminhando de costas na mesma rua onde Antônio reside, vestindo um casaco idêntico ao de Antônio e com o mesmo porte físico. Convicto de que se tratava de seu desafeto, Mário, com animus necandi (intenção de matar), efetua dois disparos de arma de fogo nas costas da vítima. Ao se aproximar do corpo e virar o rosto, percebe, desesperado, que matou Carlos, outro vizinho que apenas guardava semelhanças físicas com Antônio. Com base no Código Penal Brasileiro, a conduta de Mário:

- A. É atípica para o crime de homicídio, devendo responder apenas pelo porte ilegal de arma de fogo.
- B. Configura homicídio culposo, pois agiu com negligência ao não verificar a identidade da vítima real.
- C. Constitui homicídio doloso consumado, considerando-se para a aplicação da pena as condições e qualidades de Antônio (a vítima pretendida).
- D. Constitui homicídio doloso consumado, devendo ser consideradas para a aplicação da pena as condições e qualidades de Carlos (a vítima real).

Questão 47.

João, durante uma festa, decide voluntariamente ingerir grandes quantidades de bebidas alcoólicas para criar coragem e agredir seu desafeto, Pedro. Sob efeito do álcool, completamente embriagado, João desfere socos em Pedro. Diante da situação hipotética narrada, com base no Código Penal, assinale a alternativa correta:

- A. João é isento de pena, pois no momento da agressão não tinha plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato.
- B. A pena de João será reduzida de um a dois terços, pois a embriaguez era completa.
- C. João responderá pelo crime de lesão corporal, aplicando-se na hipótese a teoria da actio libera in causa.

- D. O crime é considerado culposo, uma vez que o álcool retirou o dolo da conduta.

Questão 48.

Jefferson, oficial de justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, valendo-se do livre acesso que possui ao depósito judicial em razão do cargo, subtrai para si um veículo particular apreendido que estava sob a custódia do Estado. Considerando a situação hipotética narrada e as disposições do Código Penal, assinale a alternativa correta:

- A. Jefferson cometeu crime de furto, pois o bem não estava sob sua posse direta.
- B. A conduta de Jefferson configura crime de peculato-furto.
- C. Trata-se de peculato-apropriação, pois o bem estava sob custódia do Estado e Jefferson é funcionário público.
- D. Não há crime contra a Administração Pública, pois o bem era particular.

Questão 49.

Túlio, com uma arma de fogo, no dia 20 de março de 2025, mata sua colega de trabalho, Bianca, por ela ter sido promovida a um cargo de chefia que ele almejava, alegando que "lugar de mulher não é mandando em homem". Considerando a situação hipotética narrada e as disposições do Código Penal, assinale a alternativa correta:

- A. Trata-se de homicídio simples, pois não havia relação íntima de afeto entre Túlio e Bianca.
- B. Trata-se de feminicídio, por envolver menosprezo ou discriminação à condição de mulher.
- C. Trata-se de homicídio qualificado pelo motivo fútil, já que o feminicídio só ocorre se houver coabitação ou violência doméstica prévia.
- D. Trata-se de homicídio qualificado pela torpeza, já que a motivação do crime foi egoística.

Questão 50.

Rafael, primário e de bons antecedentes, foi preso em flagrante transportando 50 gramas de cocaína. Durante a instrução processual, ficou comprovado que ele não se dedica a atividades criminosas nem integra organização criminosa, tendo aceitado o transporte da droga apenas para quitar uma dívida pessoal urgente. A família de Rafael procura você, advogado, para aconselhamento jurídico. Considerando as disposições da Lei n. 11.343/2006 (Lei de Drogas) e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta:

- A. Rafael deverá ser condenado por tráfico de drogas, sem direito a redução de pena, pois a quantidade e a natureza da droga impedem qualquer benefício.
- B. A quantidade de droga (50 gramas) afasta a tipicidade da conduta de tráfico, devendo o crime ser desclassificado para o porte de drogas para consumo pessoal (art. 28 da Lei n. 11.343/2006).
- C. A causa de diminuição de pena do tráfico privilegiado não se aplica, pois o transporte de cocaína é considerado crime hediondo, insuscetível de redução de pena.
- D. Rafael faz jus à causa de diminuição de pena do tráfico privilegiado, podendo a pena ser reduzida de um sexto a dois terços.

Direito Processual Penal

Questão 51.

Pedro foi denunciado pela suposta prática do crime de roubo. Após a instrução processual, com a oitiva de testemunhas e a apresentação de alegações finais pelo Ministério Público e pela defesa técnica, o magistrado, ao analisar detidamente o conjunto probatório, conclui que os elementos colhidos nos autos não permitem afirmar, com a certeza exigida pelo processo penal, que o acusado tenha sido o autor do delito. Diante dessa insuficiência probatória, decide por absolver Pedro. Nesse cenário, a decisão do juiz encontra-se ancorada no princípio da:

- A. Presunção de não culpabilidade.
- B. Não autoincriminação.
- C. Busca da verdade.
- D. Ampla defesa.

Questão 52.

A República Federativa de Vexônia reconhece o Poder Judiciário como um dos poderes independentes do Estado. Em Vexônia, existe um órgão de acusação autônomo e distinto do Judiciário, ao qual compete formular as acusações criminais e conduzir a iniciativa probatória. O acusado, nesse ordenamento, é tratado como verdadeiro sujeito de direitos no curso do processo penal, sendo plenamente reconhecidos princípios democráticos fundamentais, como o do Juiz Natural e o da presunção de inocência. Com base nessas características, é possível afirmar que Vexônia adota um sistema processual penal com traços predominantes do sistema:

- A. Acusatório.
- B. Inquisitivo.
- C. Misto.
- D. Consensual.

Questão 53.

Dra. Marina Albuquerque, juíza titular da 3ª Vara Criminal de Recife-PE, recebe a denúncia oferecida pelo Ministério Público e dá início à marcha processual que conduzirá ao julgamento do acusado. Antes mesmo de adentrar o mérito da causa, contudo, é fundamental compreender a aplicação da lei processual penal brasileira no tempo e no espaço. Diante desse cenário, marque a alternativa CORRETA:

- A. O Código de Processo Penal possui validade em todo território brasileiro e, também, no estrangeiro, desde que o crime tenha sido cometido por brasileiro.
- B. A lei processual penal brasileira aplica-se a todas as infrações cometidas em território brasileiro ou em solo estrangeiro.
- C. Os tratados e convenções internacionais sobre matéria processual não podem ser aplicados no Brasil, em nenhuma hipótese.

- D. O processo penal da competência da Justiça Militar não será regulado pelo Código de Processo Penal.

Questão 54.

Rafael Monteiro, advogado criminalista renomado e sócio-fundador do escritório Monteiro & Castelo Branco Advocacia Criminal, dedicou-se a estudar minuciosamente as inovações trazidas pela Lei nº 13.964/2019, conhecida como "Pacote Anticrime", com especial atenção à implementação do instituto do juiz das garantias, dado o potencial impacto dessa figura no exercício cotidiano de suas funções junto aos clientes do escritório. Vale destacar que o escritório de Rafael atua estrategicamente em quatro distintas frentes da advocacia criminal, quais sejam:

- I. processos de competência do Tribunal do Júri;
- II. casos de violência doméstica e familiar;
- III. crimes previstos na Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas); e
- IV. processos de competência originária dos Tribunais.

Nesse cenário, considerando o entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal sobre o tema, é correto afirmar que Rafael deverá observar as normas relativas ao juiz das garantias na(s) seguinte(s) área(s) de atuação do escritório Monteiro & Castelo Branco Advocacia Criminal:

- A. Processos de competência do Tribunal do Júri; casos de violência doméstica e familiar; e processos de competência originária dos Tribunais.
- B. Casos de violência doméstica e familiar; crimes previstos na Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas); e processos de competência originária dos Tribunais.
- C. Crimes previstos na Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas); e processos de competência originária dos Tribunais.
- D. Crimes previstos na Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas).

Questão 55.

Camila Resende compareceu à Delegacia de Polícia acompanhada por você, na qualidade

de advogado(a), com o objetivo de noticiar a prática dos crimes de apropriação indébita e fraude processual, supostamente cometidos por seu ex-companheiro. Na ocasião, foram detalhadamente narrados os fatos delituosos, fornecidos os dados completos de qualificação do suposto autor, apresentado o rol de testemunhas presenciais e juntada robusta documentação capaz de evidenciar tanto a materialidade do crime quanto indícios consistentes de autoria. Passados cinco dias da elaboração do boletim de ocorrência, e sem que qualquer diligência investigativa tivesse sido realizada para apurar a veracidade das informações prestadas, o Delegado de Polícia Civil exarou despacho nos autos indeferindo a instauração do Inquérito Policial e determinando a suspensão do procedimento. Diante dessa situação, na qualidade de advogado(a) de Camila, você deve:

- A. Requerer a remessa dos autos ao Ministério Público para que se manifeste, uma vez que o Delegado de Polícia não possui poderes para arquivar o procedimento.
- B. Requerer a remessa dos autos ao Juízo para que se manifeste, uma vez que o Delegado de Polícia não possui poderes para arquivar o procedimento.
- C. Apresentar recurso para a Chefia de Polícia para que se manifeste sobre o indeferimento da instauração do Inquérito Policial.
- D. Apresentar recurso ao Ministério Público para que se manifeste sobre o indeferimento da instauração do Inquérito Policial.

Questão 56.

Beatriz registrou ocorrência policial após ser vítima de um golpe envolvendo o crime de furto mediante fraude. A autoridade policial instaurou inquérito para apurar o caso, conduziu as diligências investigativas necessárias e, ao final, relatou o procedimento indiciando Rodrigo como suposto autor do delito, remetendo os autos ao Ministério Público. Ao analisar o material colhido, o Promotor de Justiça responsável, de forma fundamentada, entendeu não haver indícios mínimos razoáveis quanto à autoria do crime e promoveu o arquivamento do inquérito policial, dando ciência

da decisão, dentro do prazo legal, à autoridade policial, ao juízo, ao indiciado Rodrigo e à vítima Beatriz. Diante desse cenário, é correto afirmar que poderá:

- A. A autoridade policial, em caso de discordância, submeter a matéria à instância revisora do Ministério Público.
- B. A vítima, em caso de discordância, submeter a matéria à instância revisora do Ministério Público.
- C. O juiz, em caso de discordância, mandar desarquivar os autos de inquérito policial.
- D. A vítima ajuizar ação privada subsidiária da pública em face do indiciado.

Questão 57.

Caio, réu primário e portador de bons antecedentes criminais, é investigado pela suposta prática do crime de peculato doloso (art. 312 do Código Penal), em detrimento do Estado Sigma. Verificada a presença de justa causa para a propositura da ação penal, o Ministério Público ofereceu denúncia em desfavor do investigado, sem, contudo, formular proposta de acordo de não persecução penal (ANPP), nos termos do art. 28-A do Código de Processo Penal. Cumpre registrar, ainda, que, há quatro anos, Caio havia sido beneficiado com o instituto da suspensão condicional do processo no bojo de persecução penal anterior. Com base nas disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que Caio:

- A. Faz jus à celebração de acordo de não persecução penal com o Ministério Público; como o órgão acusatório não formulou a proposta, poderá o investigado requerer ao juízo competente que o faça em seu favor.
- B. Faz jus à celebração de acordo de não persecução penal com o Ministério Público; como o órgão acusatório não formulou a proposta, poderá o investigado requerer a remessa dos autos a órgão superior da instituição.
- C. Não tem direito à celebração de acordo de não persecução penal com o Ministério Público, em razão de ter sido beneficiado pelo instituto da suspensão condicional do processo há quatro anos.

- D. não tem direito à celebração de acordo de não persecução penal com o Ministério Público, em razão de a infração penal imputada constituir crime praticado contra a Administração Pública.

Questão 58.

Helena é servidora pública federal, com lotação como professora em instituição federal de ensino superior no Estado do Rio de Janeiro. Durante a ministração de aula, é ofendida em sua honra subjetiva por Rodrigo, aluno reprovado em disciplina sob sua regência. Indignado com o resultado obtido, Rodrigo profere, em sala de aula e diante dos demais discentes, as expressões "piranha" e "vagabunda" em referência à professora, diretamente em razão do exercício das funções públicas por ela desempenhadas. Considerando as disposições do Código Penal aplicáveis à espécie, assinale a alternativa correta:

- A. Helena somente poderá ajuizar queixa-crime contra Rodrigo, imputando-lhe a prática de crime de injúria.
- B. Helena somente poderá oferecer representação contra Rodrigo, imputando-lhe a prática de crime de injúria.
- C. Helena não poderá ajuizar queixa-crime nem oferecer representação contra Rodrigo, imputando-lhe a prática de crime de injúria.
- D. Helena poderá optar entre ajuizar queixa-crime ou oferecer representação contra Rodrigo, imputando-lhe a prática de crime de injúria.

Questão 59.

Durante confraternização realizada em casa noturna, Carla entra em conflito com sua amiga Renata e lhe desfere um tapa no rosto, causando lesão corporal de natureza leve. Renata se dirige à autoridade policial, registra a ocorrência e manifesta expressamente, naquele ato, seu interesse em representar criminalmente contra Carla, tendo em vista a natureza de ação penal pública condicionada à representação atinente à infração praticada. Encerrado o procedimento policial, os autos foram remetidos ao Juizado Especial Criminal competente. O Ministério Público apresentou proposta de transação penal a Carla, que a recusou. Em razão da recusa, o

Parquet ofereceu denúncia em desfavor de Carla, sendo que a peça acusatória ainda não havia sido recebida pelo juízo quando Renata, arrependida, manifestou ao seu advogado o desejo de retratar-se da representação anteriormente oferecida. Na qualidade de advogado(a) de Renata, você deverá esclarecê-la de que:

- A. A representação é irretratável na hipótese, uma vez que a denúncia já foi oferecida pelo Ministério Público.
- B. A retratação da representação poderá ser realizada até o momento da prolação da sentença, independentemente de formalidades legais.
- C. A retratação da representação será cabível até o recebimento da denúncia pelo juízo, em audiência especialmente designada para tal finalidade.
- D. A representação é irretratável, independentemente do momento processual, por se tratar de ação penal pública, cuja titularidade pertence exclusivamente ao Ministério Público.

Questão 60.

Eduardo foi denunciado pela suposta prática dos crimes de furto (art. 155 do CP) e ameaça (art. 147 do CP), em concurso material, em razão de ter ingressado em estabelecimento comercial e, durante a subtração de mercadorias, ameaçado o funcionário que realizava sua abordagem, com o propósito de assegurar a consumação do delito. O funcionário ofendido não compareceu em juízo para prestar depoimento, razão pela qual Eduardo foi absolvido por insuficiência de provas, com trânsito em julgado da sentença absolutória. Posteriormente, outro promotor de justiça, ao localizar o funcionário e tomar ciência integral dos fatos, apresentou nova denúncia em desfavor de Eduardo pelo mesmo evento, desta feita tipificando a conduta como roubo impróprio (art. 157, § 1.º, do CP). Após a regular citação de Eduardo, qual a medida abaixo pode ser tomada pelo advogado(a) de Eduardo:

- A. Buscar a desclassificação para furto simples em concurso com ameaça nas alegações finais, sendo inviável a extinção do processo, uma vez que a absolvição anterior foi fundamentada em insuficiência probatória.

- B. Requerer, em resposta à acusação, a absolvição sumária de Eduardo, por estar provado que o fato imputado não ocorreu.
- C. Apresentar exceção de litispendência, requerendo a extinção do processo.
- D. Apresentar exceção de coisa julgada, requerendo a extinção do processo.

Direito Processual do Trabalho

Questão 61.

Carlos atua como auxiliar de serviços gerais na empresa Limpeza Total Serviços Ltda., contratada para prestar serviços terceirizados a um órgão da Administração Pública Federal. Embora o contrato de trabalho esteja em vigor, o empregado deixou de receber o auxílio-alimentação nos últimos dez meses, benefício que totaliza, atualmente, R\$ 5.000,00. Diante dessa situação, e considerando que a irregularidade persistiu em razão da ausência de fiscalização adequada por parte do órgão público contratante, Carlos pretende ajuizar reclamação trabalhista contra a empregadora e também contra a Administração Pública, buscando o reconhecimento da responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, nos termos da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta:

- A. A ação deverá observar o procedimento ordinário, tendo em vista que um dos demandados é ente integrante da Administração Pública.
- B. O reclamante possui liberdade para escolher o rito processual que considere mais conveniente à defesa de seus interesses.
- C. A demanda deverá tramitar pelo procedimento sumaríssimo, pois o valor atribuído à causa não ultrapassa o limite de quarenta salários mínimos.
- D. A presença de mais de um réu no polo passivo impõe a adoção obrigatória do procedimento ordinário, ainda que o valor da causa seja reduzido.

Questão 62.

A sociedade empresária LogTrans Logística Ltda. foi condenada, em reclamação trabalhista ajuizada por Ricardo Alves, ex-motorista da empresa, ao pagamento de diferenças salariais e horas extraordinárias. Após o trânsito em julgado da decisão e a liquidação da sentença, foi apurado o valor de R\$ 95.000,00, tendo a executada sido devidamente citada para efetuar o pagamento. A empresa, entretanto, entende que houve equívoco nos cálculos homologados e pretende apresentar embargos à execução. Acerca da pretensão da executada, e considerando as disposições da CLT, assinale a alternativa correta:

- A. Caso demonstre dificuldades financeiras, a executada poderá garantir o juízo mediante o depósito de apenas metade do valor executado para apresentar embargos.
- B. Na Justiça do Trabalho, a apresentação de embargos à execução independe da garantia do juízo, bastando a manifestação da parte executada.
- C. O prazo para apresentação dos embargos à execução é de 8 dias, a contar da decisão do juiz.
- D. Garantida a execução ou penhorados os bens, terá a executada 5 dias para apresentar embargos à execução.

Questão 63.

No curso de uma execução trabalhista, não foram localizados bens penhoráveis da sociedade empresária Vetor Serviços Industriais Ltda., tampouco foi possível bloquear valores em suas contas bancárias por meio dos sistemas de pesquisa patrimonial. Diante dessa situação, o exequente instaurou incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, buscando o redirecionamento da execução para um dos sócios da empresa, Paulo Martins. O sócio foi regularmente citado e apresentou manifestação no prazo legal de 15 dias, opondo-se à sua inclusão no polo passivo da execução. Após oportunizado o contraditório e não havendo outras provas a serem produzidas, o magistrado acolheu o incidente e determinou a inclusão do sócio como executado no processo, decisão que foi posteriormente publicada. À luz das disposições da CLT, assinale a alternativa correta:

- A. O sócio poderá interpor recurso contra a decisão que acolheu o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, independentemente de garantia do juízo.
- B. Por se tratar de decisão interlocutória proferida na fase de execução, não cabe qualquer espécie de recurso contra ela.
- C. Caberá ao magistrado decidir, conforme o caso concreto, se a decisão proferida no incidente comporta recurso e se haverá necessidade de garantia do juízo entrar.
- D. O sócio poderá recorrer da decisão que acolheu o incidente, desde que realize a garantia do juízo no percentual mínimo de cinquenta por cento do valor executado.

Questão 64.

Após diversas tentativas frustradas de negociação direta entre as entidades sindicais para a celebração de convenção coletiva de trabalho com abrangência municipal, o sindicato profissional decidiu instaurar dissídio coletivo de natureza econômica perante o Tribunal competente. Regularmente processado o feito, o Tribunal proferiu sentença normativa, fixando diversas cláusulas destinadas a disciplinar as condições de trabalho da categoria. Ocorre que o sindicato patronal discorda de parte das disposições estabelecidas e pretende impugnar judicialmente a decisão. Diante da situação hipotética e considerando as disposições da CLT, assinale a alternativa correta:

- A. Caberá recurso ordinário para o Tribunal Regional do Trabalho competente.
- B. Da decisão caberá recurso ordinário para o Tribunal Superior do Trabalho.
- C. Por se tratar de sentença normativa proferida em dissídio coletivo, não é admitida a interposição de recurso.
- D. A decisão poderá ser impugnada por meio de recurso de revista dirigido ao Tribunal Superior do Trabalho.

Questão 65.

Um escritório de advocacia especializado em Direito do Trabalho pretende participar de um processo seletivo promovido por uma empresa estatal de grande porte, que busca credenciar escritórios para atuar em diferentes áreas do Direito. Para a elaboração da proposta técnica a ser apresentada, foi solicitado aos advogados que indicassem quais tipos de demandas judiciais são submetidas à competência da Justiça do Trabalho, conforme o disposto na Constituição Federal e o entendimento consolidado da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho. Diante desse cenário, assinale a alternativa correta:

- A. As controvérsias envolvendo servidores públicos submetidos a regime estatutário e os entes da Administração Pública direta.
- B. As ações destinadas a exigir o recolhimento de contribuições previdenciárias decorrentes de toda a relação de emprego.
- C. As demandas que discutem penalidades administrativas aplicadas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
- D. As ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores não são de competência da Justiça do Trabalho.

Questão 66.

Michael trabalhava para uma empresa do setor de energia, tendo sido dispensado por justa causa em 20/11/2025, sob a alegação de consumo de bebida alcoólica durante o expediente em uma unidade operacional. Inconformado, por sustentar que a acusação era infundada, ele procurou assistência jurídica para ajuizar reclamação trabalhista. No curso da ação, foi indicada uma testemunha essencial à defesa, a qual não compreende nem se comunica em português, utilizando exclusivamente o idioma inglês. O advogado de Michael requereu sua oitiva e já obteve a concessão dos benefícios da justiça gratuita. Diante dessa situação, acerca da produção da prova testemunhal, assinale a alternativa correta:

- A. A assistência judiciária gratuita não abrange despesas com intérprete, de modo que caberá ao reclamante arcar com esse custo.

- B. Compete ao juiz nomear intérprete, sendo que o respectivo custo será suportado pela parte vencida quanto ao objeto da prova ou, em caso de sucumbência do beneficiário da justiça gratuita, pela União.
- C. Deve ser solicitado ao juízo a nomeação de intérprete, cujo pagamento incumbirá à parte interessada na prova, ainda que beneficiária da gratuidade de justiça.
- D. É possível que o próprio reclamante atue como intérprete, caso domine o idioma estrangeiro, em atenção à economia processual.

Questão 67.

Carlos ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora, obtendo sentença de procedência parcial dos pedidos, com condenação subsidiária do Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de tomador dos serviços. Após o trânsito em julgado, procedeu-se à liquidação, sendo homologado o crédito no valor de R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais), conforme cálculos apresentados pelo exequente. Iniciada a execução, restaram infrutíferas as tentativas de satisfação do crédito perante a devedora principal. Diante disso, Carlos requereu o redirecionamento da execução ao ente público, que foi devidamente citado, mas impugnou os valores homologados, alegando excesso de execução. Considerando a situação apresentada e a legislação vigente, assinale a alternativa correta:

- A. O ente público pode apresentar embargos à execução independentemente de prévia garantia do juízo.
- B. Para apresentar embargos à execução, o ente público deverá garantir integralmente o juízo, mediante depósito do valor homologado.
- C. Caso não realize o pagamento espontâneo, o ente público terá seus bens penhorados e, posteriormente, poderá apresentar embargos à execução.
- D. A legislação autoriza o ente público, quando responsável subsidiário, a garantir apenas metade do valor da execução para apresentação de embargos.

Questão 68.

Fernanda foi dispensada sem justa causa e recebeu as verbas rescisórias devidas por sua ex-empregadora. Posteriormente, passou a sustentar que fazia jus à equiparação salarial em relação a um colega que exercia funções idênticas. Diante disso, Fernanda procurou assessoria jurídica e iniciou tratativas com a ex-empregadora, culminando na celebração de um acordo extrajudicial. O instrumento foi formalizado por escrito, com discriminação das parcelas e valores, sendo assinado pelas partes e por seus respectivos advogados, e posteriormente submetido à homologação perante a Justiça do Trabalho. Ao analisar o pedido, o magistrado indeferiu a homologação, sob o fundamento de que o acordo seria prejudicial à trabalhadora. Considerando a situação apresentada e a legislação vigente, assinale a alternativa que trata da medida processual correta a ser tomada para reforma da referida decisão:

- A. Impetração de mandado de segurança para impugnar a decisão judicial.
- B. Trata-se de decisão irrecorrível de imediato, razão pela qual não há medida processual cabível neste momento.
- C. Pedido de reconsideração.
- D. Recurso Ordinário.

Questão 69.

Em uma reclamação trabalhista, a sentença julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados. Apenas a reclamada interpôs recurso ordinário. No prazo legal, o reclamante apresentou contrarrazões e, simultaneamente, interpôs recurso ordinário adesivo. Ao receber o recurso adesivo, o magistrado determinou a intimação da parte recorrente principal, que, então, apresentou petição desistindo do recurso interposto. Considerando a situação apresentada e a legislação vigente, assinale a alternativa correta:

- A. A desistência do recurso principal depende de anuência da parte contrária, especialmente quando houver recurso adesivo interposto.
- B. O recurso adesivo não é admitido no processo do trabalho, por ausência de previsão expressa na legislação trabalhista.

- C. O recurso adesivo será processado normalmente, ainda que haja desistência do recurso principal, por possuir autonomia.
- D. Com a desistência do recurso principal, o recurso adesivo não será conhecido, operando-se o trânsito em julgado da decisão.

Questão 70.

Durante audiência em uma reclamação trabalhista, com a presença das partes e de seus patronos, foi celebrado acordo entre os litigantes, posteriormente homologado pelo magistrado, no montante de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais). As partes atribuíram natureza exclusivamente indenizatória às verbas ajustadas, discriminando-as no termo. Após quatro dias, tanto o reclamante quanto o INSS interpuseram recurso ordinário contra a decisão homologatória. O reclamante alegou que aceitou o acordo por equívoco, sustentando que faria jus a valor mais elevado. Por sua vez, o INSS insurgiu-se contra a natureza atribuída às parcelas, defendendo a incidência de contribuições previdenciárias. Considerando a situação apresentada e o disposto na CLT, assinale a alternativa correta:

- A. Apenas o INSS possui legitimidade para recorrer da decisão homologatória, uma vez que, para o reclamante, o acordo tem eficácia de decisão irrecorrível.
- B. Tanto o reclamante quanto o INSS possuem legitimidade recursal, devendo seus recursos ser regularmente processados e julgados.
- C. Nem o reclamante nem o INSS podem recorrer da decisão homologatória, pois a conciliação homologada é absolutamente imutável.
- D. Somente o reclamante poderá recorrer, tendo em vista que o INSS não integrou a relação processual originária.

Direito do Trabalho

Questão 71.

Felipe Silva trabalha há 2 anos em uma fábrica de sapatos. Em razão de sua saúde fragilizada, Felipe tem se ausentado do trabalho em algumas ocasiões, sempre apresentando atestados médicos. A empresa, contudo, já cansada das ausências do empregado, decidiu registrar em sua CTPS a quantidade de atestados apresentados por ele no ano de 2025. Diante dos fatos, assinale a alternativa correta:

- A. A empresa agiu de forma correta, porque a legislação trabalhista permite tal conduta.
- B. A empresa agiu de forma irregular, porque é vedado ao empregador realizar anotações desabonadoras na CTPS do empregado.
- C. A conduta seria regular desde que prevista em norma coletiva.
- D. A conduta seria regular desde que prevista no contrato individual de trabalho.

Questão 72.

Mariana foi dispensada pela Empresa Barca Furada Ltda. sem justa causa. Após a dispensa, descobriu que já estava grávida antes mesmo do seu desligamento. Mariana, então, comunicou a empresa sobre a gestação. A empregadora, diante da estabilidade provisória da gestante, ofereceu sua reintegração ao emprego. No entanto, Mariana recusou o retorno, alegando que não era obrigada a aceitar a reintegração. Considerando a situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- A. A recusa de Mariana tem efeito de renúncia à estabilidade da gestante.
- B. A recusa da empregada gestante em retornar ao trabalho, mesmo diante da oferta de reintegração, não configura renúncia à garantia provisória decorrente da gravidez.
- C. A recusa de Mariana autoriza a redução pela metade da indenização decorrente da estabilidade.
- D. Como Mariana já havia sido demitida, a empresa não poderia solicitar sua reintegração.

Questão 73.

João Fernando sofreu um acidente de trabalho e, em razão disso, afastou-se por 50 dias, período no qual recebeu o benefício previdenciário correspondente. Alguns dias após retornar às suas atividades, João decidiu pedir demissão. O empregador, surpreso com a situação, solicitou orientação sobre como proceder com a rescisão contratual, a fim de evitar problemas futuros. Diante dos fatos, assinale a melhor orientação a ser dada ao seu cliente:

- A. Em razão do acidente sofrido, João não poderá ter o contrato de trabalho extinto.
- B. Para que a rescisão seja válida, João deverá ser demitido sem justa causa.
- C. O pedido de demissão de João, para ser válido, deverá contar com a assistência do respectivo sindicato.
- D. O pedido de demissão de João é válido independentemente de assistência sindical, pois expressa sua vontade livre.

Questão 74.

O sindicato da categoria profissional e o sindicato da categoria econômica firmaram uma convenção coletiva de trabalho. Entre as cláusulas pactuadas, consta a possibilidade de redução salarial e de jornada dos trabalhadores, com o objetivo de minimizar os prejuízos decorrentes da crise econômica em determinada localidade. Considerando os fatos narrados, assinale a alternativa correta:

- A. A norma coletiva não pode prever a redução salarial, em razão do princípio da irredutibilidade salarial.
- B. A previsão é lícita, desde que assegure aos empregados proteção contra dispensa imotivada durante o período de vigência do instrumento coletivo.
- C. A previsão é lícita, desde que assegure aos empregados proteção contra dispensa imotivada pelo prazo de 3 anos.
- D. A norma coletiva é inválida, pois a redução salarial e de jornada somente seria possível por meio de acordo coletivo de trabalho.

Questão 75.

Joana trabalha para a empresa X Come Tudo Ltda. desde 2018. Quando foi admitida, a sociedade possuía como sócios Joãozinho, Mariazinha e Zezinho. No ano de 2022, a sócia Mariazinha decidiu retirar-se da sociedade, providenciando a averbação da alteração contratual. Agora, em 2025, Joana procura você, na qualidade de advogado(a), para receber orientação jurídica acerca da eventual responsabilidade de Mariazinha pelos créditos trabalhistas que entende devidos, mas que não foram pagos pelo empregador. Assinale a alternativa que apresenta a melhor orientação:

- A. Mariazinha terá responsabilidade solidária pelos créditos eventualmente devidos a Joana e não quitados pelo empregador.
- B. Mariazinha terá responsabilidade subsidiária pelos créditos eventualmente devidos a Joana, limitados ao período em que figurou como sócia.
- C. Mariazinha terá responsabilidade subsidiária pelos créditos eventualmente devidos a Joana durante todo o período contratual, pois era sócia na época da admissão da empregada.
- D. Mariazinha não terá responsabilidade pelos créditos eventualmente devidos a Joana, porque já transcorrido o prazo de 2 anos a partir da averbação de sua saída do contrato social.

Questão 76.

Marco Alexandre foi contratado pela empresa Não Paga Ninguém Ltda. em 20/10/2020. Em 20/09/2025, foi demitido sem justa causa e, até o presente momento, não recebeu suas verbas rescisórias. Sabe-se que a empresa Não Paga Ninguém Ltda., embora dotada de autonomia, atuava no mercado de forma conjunta com a empresa Pilantragem Ltda., restando demonstrado evidente interesse integrado entre ambas. Diante dos fatos, e considerando que você foi procurado por Marco para lhe prestar a melhor consultoria, assinale a alternativa correta:

- A. A situação narrada não configura grupo econômico, de modo que a empresa Pilantragem Ltda. não terá qualquer

responsabilidade quanto aos créditos trabalhistas devidos ao trabalhador.

- B. A situação narrada não configura grupo econômico; no entanto, a empresa Pilantragem Ltda. terá responsabilidade subsidiária quanto aos créditos trabalhistas devidos ao trabalhador.
- C. A situação narrada configura grupo econômico por coordenação, de modo que a empresa Pilantragem Ltda. terá responsabilidade subsidiária quanto aos créditos trabalhistas devidos ao trabalhador.
- D. A situação narrada configura grupo econômico por coordenação, de modo que a empresa Pilantragem Ltda. terá responsabilidade solidária quanto aos créditos trabalhistas devidos ao trabalhador.

Questão 77.

Bernardo, profissional da área de tecnologia, foi contratado pela empresa ZXA Desenvolvimento em Tecnologia Ltda., sob o regime de teletrabalho. No entanto, diante de dúvidas acerca desse regime, Bernardo procura você, na qualidade de advogado(a), para obter a melhor orientação. Diante dos fatos, assinale a alternativa correta:

- A. Em hipótese alguma Bernardo poderá ser transferido para o regime presencial de trabalho.
- B. As atividades de Bernardo deverão ser prestadas exclusivamente fora das dependências da empregadora.
- C. Bernardo jamais sofrerá acidente de trabalho, uma vez que a empregadora não conseguirá fiscalizar o modo e a forma da prestação do serviço.
- D. Bernardo poderá ser transferido para o regime presencial por ato unilateral da empregadora, sendo-lhe assegurado um prazo mínimo de transição de 15 dias.

Questão 78.

Marina foi contratada pela empresa Fonte do Saber Ltda. para exercer a função de auxiliar administrativa, de segunda a sexta-feira, totalizando uma jornada semanal de 20 horas. Considerando a jornada de trabalho de Marina, bem como as normas específicas que regem a matéria, assinale a alternativa correta:

- A. Marina não poderá prestar horas extras.
- B. Marina poderá prestar até 6 horas extras por semana.
- C. Marina poderá prestar até 2 horas extras por semana.
- D. Marina poderá prestar até 4 horas extras por semana.

Questão 79.

Felipe Misael, empregado da empresa TV e Comunicações Ltda., após completar 12 meses de trabalho, pretende sair de férias. Acerca das regulamentações sobre o instituto das férias, assinale a opção correta:

- A. As férias de Felipe deverão ser gozadas obrigatoriamente em um único período.
- B. As férias de Felipe deverão ser gozadas em 3 períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 14 dias corridos.
- C. Havendo acordo entre as partes, as férias poderão ser gozadas em até 2 períodos.
- D. As férias de Felipe não poderão iniciar no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.

Questão 80.

Emanuela, insatisfeita com o trabalho, pretende rescindir seu contrato de trabalho com a empresa Pago Mal Ltda. para seguir o sonho de se tornar atriz de novela. Emanuela, por sua vez, tomou conhecimento de que a sociedade empresária já pretendia rescindir o contrato de trabalho em razão da sua baixa produtividade. Agora, Emanuela procura você, na qualidade de advogado(a), a fim de obter a melhor orientação acerca de uma possível rescisão contratual mediante acordo entre as partes. Diante dos fatos, assinale a alternativa correta:

- A. A única forma de rescindir o contrato de trabalho é por meio do pedido de demissão.
- B. O contrato de Emanuela poderá ser rescindido por acordo entre ela e seu empregador; nesse caso, Emanuela receberá, pela metade, o aviso prévio indenizado e a multa sobre os depósitos do FGTS.
- C. O contrato de Emanuela poderá ser rescindido por acordo entre ela e seu empregador; nesse caso, Emanuela receberá integralmente todas as verbas trabalhistas, inclusive a multa sobre os depósitos do FGTS.
- D. O contrato de Emanuela poderá ser rescindido por acordo entre ela e seu empregador; nesse caso, terá direito ao seguro-desemprego.

GABARITO:

1 – A	31 – D	61 – A
2 – B	32 – B	62 – D
3 – C	33 – B	63 – A
4 – C	34 – B	64 – B
5 – B	35 – B	65 – C
6 – B	36 – B	66 – B
7 – D	37 – C	67 – A
8 – C	38 – B	68 – D
9 – B	39 – C	69 – D
10 – B	40 – B	70 – A
11 – B	41 – A	71 – B
12 – C	42 – C	72 – B
13 – B	43 – B	73 – C
14 – C	44 – B	74 – B
15 – D	45 – B	75 – D
16 – C	46 – C	76 – D
17 – A	47 – C	77 – D
18 – A	48 – B	78 – B
19 – C	49 – B	79 – D
20 – B	50 – D	80 – B
21 – B	51 – A	
22 – C	52 – A	
23 – A	53 – D	
24 – C	54 – D	
25 – D	55 – C	
26 – C	56 – B	
27 – B	57 – C	
28 – D	58 – D	
29 – A	59 – A	
30 – C	60 – D	

Prazo Recursal: De 14/07/2026 até às 18h de
15/07/2026

email: carreiras@oabdf.com